



Pluralidade cultural e identidade nacional no Império do Brasil **Guilherme Babo Sedlacek**

Objetivos

Ao final deste texto, você deve ser capaz de:

- reconhecer a pluralidade cultural e aspectos da identidade nacional na época do Império no Brasil.

Iniciando o estudo

Neste texto didático, você encontrará alguns conceitos relacionados à construção da pluralidade cultural brasileira e a identidade nacional do país. Começaremos por alguns conceitos básicos e em seguida partiremos para o aprofundamento do tema.

1 Conceitos básicos

1. **Pluralidade cultural:** conjunto de aspectos variados de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território, como as linguagens, as tradições, a culinária, a religião, os costumes, o modelo de organização familiar, a política, entre outros.
2. **Identidade nacional:** elementos que identificam uma “comunidade imaginada” que convive em determinado território, fruto de um processo

contínuo de construções simbólicas, sujeito a invenções, reelaborações e disputas.

3. **Relações raciais/relações sociais:** fazem parte do processo de construção histórica e cultural da sociedade brasileira. Implicam pensar o que leva à constituição de semelhanças/identidades (nós) e a valorizar e respeitar as diferenças/alteridades (os outros). Há uma forte influência das diferenças étnico-raciais na configuração da realidade de desigualdade social do país. Os povos indígenas e afrodescendentes apresentam os piores indicadores sociais, mas só recentemente passaram a ser alvo de políticas específicas.
4. **Patrimônio cultural:** conjunto de bens materiais (objetos, obras de arte, sítios arqueológicos, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos) e bens imateriais (conhecimentos, ofícios, tradições, folclore e saberes) que são considerados importantes para serem preservados ao longo do tempo. Hoje, há uma grande valorização das tradições afrodescendentes e indígenas para a cultura e identidade brasileiras, e a pluralidade é considerada patrimônio sociocultural do país.

Figura 1 – Ruína de Canudos



Fonte: Maurício Hora (2017).

Figura 2 – Gruta Azul



Fonte: Brites (2021).

Figura 3 – Capoeira



Fonte: Aidar (202?).

Figura 4 – Quarup



Fonte: socialphy.com.

2 Construções sobre a identidade nacional na História do Brasil

A seguir, veremos as construções sobre a identidade nacional ao longo de momentos históricos no país.

Império:

A diversidade era vista como um problema a ser resolvido por um projeto de civilização e homogeneização. Defesa da superioridade da raça branca sobre as demais. Segundo os representantes do Estado, os indígenas deveriam ser incorporados, por uma assimilação branda (José Bonifácio de Andrada) ou uma assimilação violenta (Francisco Adolfo de Varnhagen). A assimilação dos africanos por meio do tráfico atlântico e da escravidão era justificada como uma “redenção espiritual dos negros”, que saíam da barbárie e do paganismo para a civilização e a cristandade.

Primeira República:

Visões opostas sobre a questão da miscigenação entram em disputa. Alguns autores destacavam a inautenticidade da cultura brasileira, manifestando um pessimismo social, como na ideia das “três raças tristes” (Eduardo Prado) ou na atribuição do atraso nacional à degeneração racial (Euclides da Cunha). Outras visões são marcadas pela valorização da mestiçagem como característica principal da cultura e do povo brasileiro (Mario de Andrade) ou a destacam o convívio harmonioso das diferentes raças no país (Gilberto Freyre), dando origem ao “mito da democracia racial”.

Estado Novo:

Por seu caráter centralista e autoritário, buscou eliminar identidades regionais e elaborar uma síntese da nacionalidade do povo brasileiro. Assim, o povo brasileiro passou a ser identificado com uma “raça de mestiços”, contribuindo para o reforço do “mito da democracia racial”, para ocultar o racismo existente e as desigualdades sociais que permeavam as relações étnico-raciais no país.

3 Visões e representações sobre o índio e o negro no Império

Imagens dos índios:

- Idealizados do passado;
- Bárbaros dos sertões;
- Degradados das aldeias.

Lugares sociais dos índios:

- Reduzidos e catequisados (aliados); - Perigosos e exterminados (inimigos).

Imagens dos negros:

- Boçais (africanos que não falam a língua); - Ladinos (africanos que dominam a língua); - Crioulos (escravos nascidos no país).

Lugares sociais dos negros:

- Escravos (rurais, domésticos, urbanos etc.); - Libertos (ex-escravos);
- Ingênuos (filhos de ventre livre); - Africanos livres (traficados ilegalmente).

A realidade social do Império do Brasil, de forma semelhante à sociedade brasileira atual, era marcada pela diversidade étnico-racial de grupos e indivíduos indígenas, africanos e europeus que interagiram no processo de formação da sociedade nacional.

No entanto, a escravidão indígena e africana, muitas vezes ilegal, e a influência de ideias racistas de superioridade branca levaram a uma realidade de exclusão social marcada por barreiras étnico-raciais que permanecem ainda hoje. Além disso, a ideia de homogeneização cultural por meio da civilização e catequese de negros e índios, assimilando-os à sociedade imperial, buscou apagar as identidades étnicas das raças tidas como inferiores, enraizando preconceitos com as manifestações de suas culturas.

4 Política indigenista e política indígena no Império

Política indigenista: ação do Estado com relação aos índios.

Projeto de assimilação por meio da conquista, civilização e catequese dos indígenas “selvagens”, transformando-os em aldeados e, posteriormente, em cidadãos, quando tivessem atingido o grau de civilização necessário. Havia o interesse na ocupação das terras indígenas tanto em regiões de colonização antiga como nas fronteiras em expansão, reservando algumas terras para os aldeamentos dos aliados. O Estado imperial estimulava, por meio da legislação indigenista, a individualização das terras utilizando um discurso humanitário.

As teorias pseudocientíficas em voga acreditavam em culturas autênticas e na superioridade da raça caucasiana em relação às demais, de maneira que da miscigenação dos brancos com os índios decorreria a aculturação (perda da identidade étnica) dos últimos e sua assimilação à sociedade civilizada.

Nessa época, a ideia de civilizar prevalecia sobre a de catequisar. Por um lado, isso diz respeito à mistura de meios brandos e violentos para “amansar” os indígenas e para sua redução aos aldeamentos. Por outro lado, essa prevalência se dava por outras formas de assentamento em regiões de fronteiras internas e externas. Presídios e colônias militares foram estabelecidos como aldeamentos dos índios “pacificados”, que eram usados como reserva de mão de obra e contingentes militares. Durante a Guerra do Paraguai, a ocupação das províncias do sul foi intensificada com a instalação de colônias militares e aldeamentos indígenas.

Política indígena: ação dos índios em relação ao Estado. Seja pelas tradições orais (e, mais recentemente, escritas) de seus descendentes, seja através da documentação do governo imperial, é possível perceber a ação política dos índios e as lutas pela sua afirmação étnica. Em diversos momentos, os índios aldeados emergem como grupo específico, unido e coeso, lutando por objetivos políticos e econômicos claramente definidos.

As reivindicações ao governo se faziam com base na legislação indigenista, usando as brechas que encontravam nas leis, e afirmando suas identidades étnicas como meio de defenderem suas terras coletivas. Os índios que colaboraram na Guerra do Paraguai, forçados ou não, souberam depois valer-se disso para demandar ganhos do Estado, principalmente territoriais. Diante dos prejuízos trazidos pela guerra, as patentes e fardas dos seus caciques foram usados como símbolos que os diferenciavam de outras etnias nos serviços para a pátria.

Os aldeados, mobilizando a identidade de índios construída desde o período colonial e objetivando interesses próprios ao escolherem se tornar aliados e incorporados à sociedade imperial, mostram como a identidade étnica, assim como a cultura, é uma construção histórica, dinâmica e flexível.

Figura 5 - Caciques Terena veteranos da Guerra do Paraguai



Fonte: Diário da Liberdade (2014).

5 História indígena no Oeste catarinense

Como é possível observar nos mapas a seguir, que representam a evolução político-territorial do Império do Brasil, o atual Oeste catarinense foi incorporado ao longo do século XIX ao território nacional, correspondendo, na época, a uma região de fronteiras externas e internas.

Figura 6 - Evolução político-territorial do Império do Brasil



Fonte: Círculo Monárquico Brasileiro (2021).

Inicialmente pertencendo à Argentina, a região dos então chamados “Campos de Palmas” foi parte das províncias de São Paulo e do Paraná, antes de ser incorporada à província de Santa Catarina. A administração do território continuaria sendo disputada na Primeira República pelos estados de Santa Catarina e Paraná e a demarcação de limites só seria resolvida após a Guerra do Contestado.

Os índios da etnia kaingang, então chamados pela denominação genérica de “coroados”, eram um povo guerreiro que habitava esses territórios. Sua economia se organizava em torno da caça (anta, veado, quati, jacu, macuco), coleta (pinhão, palmito, larvas de palmeiras) e pesca.

Durante o processo de conquista de suas terras pelos fazendeiros e pelo governo, resistiram e se aliaram a estes defendendo seus próprios interesses. O Aldeamento de Palmas (província do Paraná) e o Aldeamento de Nonohay (província do Rio Grande) foram importantes para a conquista e ocupação da

região. Sob a liderança de caciques como Viri ou Condá, os kaingang exerceram um papel central na política local, na formação da sociedade nacional e na defesa do território do país.

Apesar da redução drástica de sua população e de suas terras, os kaingang continuam a reivindicar seus direitos, afirmar sua identidade étnica no presente e defender os territórios, que no Oeste catarinense correspondem às aldeias de Xapecó, Palmas, Chimbanguê, Pinhal e Condá.

Concluindo este estudo

Ao finalizar este estudo, você deve ter percebido como se deram as construções sobre a identidade nacional na História do Brasil, com destaque às influências indígenas e de populações negras no país e, mais especificamente, no Oeste do estado de Santa Catarina.

Referências

AIDAR, Laura. **Capoeira**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/capoeira/>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRITES, Filipi. **Prefeitura estabelece cronograma para reabertura da Gruta do Lago Azul**. Disponível em: <https://www.bonito.ms.gov.br/2021/03/05/prefeitura-estabelece-cronograma-para-reabertura-da-gruta-do-lago-azul/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CÍRCULO MONÁRQUICO BRASILEIRO. Disponível em: <https://circulomonarquico.com.br/>. Acesso em: 6 jul. 2021.

DIÁRIO DA LIBERDADE. Disponível em: https://www.diarioliberalidade.org/archivos/Administradores/Maur%C3%ADcio/2014-12/201214_par.jpg. Acesso em: 13 jul. 2021.

HORA, Mauricio. Exposição traça paralelo entre Morro da Providência e a Guerra de Canudos. *IN: Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-06/exposicao-traca-paralelo-ent-re-morro-da-providencia-e-guerra-de-canudos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Anexos

Textos de apoio ao estudo

Texto de apoio 1 - Etnicidade e nacionalismo no século XIX

A independência do Brasil e a formação do Estado imperial impuseram a necessidade de se construir a nação, que até então não existia. Cabia instituir no país uma unidade territorial, política e ideológica, criando uma memória coletiva que unificasse as populações em torno de uma única identidade histórica e cultural. A ideologia do Estado brasileiro baseava-se nos valores europeus de modernização, progresso e superioridade do homem branco.

A legislação indigenista do oitocentos incentivava o processo de individualização das terras indígenas com um discurso humanitário que visava a integrar os índios em igualdade de condições, transformando-os em cidadãos. Afinal, os ideais de civilização e progresso característicos do novo Estado não comportavam a ideia de índios, nem de vida comunitária. O objetivo era, sem dúvida, extinguir aldeias, mas de acordo com a lei e respeitando-se os direitos dos índios, enquanto eles fossem considerados como tais.

O Regulamento das Missões de 1845 e a Lei de Terras de 1850, complementada com o regulamento de 1854, reafirmaram as diretrizes do Diretório em dois importantes aspectos: incentivavam a proposta assimilacionista e continuavam garantindo o direito dos índios às terras coletivas enquanto eles não atingissem o chamado estado de civilização. Isso dava aos índios das aldeias possibilidades de continuarem reivindicando, através da lei, os direitos que haviam sido prometidos.

Os argumentos dos atores para garantir ou negar direitos aos índios faziam-se, cada vez mais, em torno de classificações étnicas. Para justificar a extinção da aldeia, construía-se o discurso da mistura e do desaparecimento dos índios. Estes últimos, por sua vez, respondiam reivindicando direitos com base na identidade indígena construída no processo de colonização.

(Adaptado de Maria Regina Celestino de Almeida. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010)

Texto de apoio 2 – As terras e a alimentação dos kaingang

A disponibilidade de terras e matas permitia que muitos grupos permanecessem “livres” em locais denominados toldos, como é o caso do Toldo Chimbangue, Toldo Pinhal, Toldo Imbu, Toldo Passo dos Índios, porém, nesses locais os Kaingáng permaneceram ignorados pelo Estado, não foram criadas áreas e as terras foram consideradas devolutas. Foi somente a partir de 1984 que esses toldos começaram a ser devolvidos aos Kaingáng, processo que ainda não está concluído. (...)

Os Kaingáng possuem um apreço incomensurável pelas matas, por estas desempenharem um papel central na vida do povo, desde a oferta de subsídios à dieta alimentar a ser local onde habitam os espíritos. O pinhão, fruto da araucária, convertia-se no principal alimento. Associada às práticas de caça e coleta, tinham na agricultura uma importante fonte complementar de alimentos. Porém as matas não eram apenas reserva de alimento, nelas estão as moradas dos espíritos dos mortos/*véinh kupríg*, que não são visíveis, mas podem levar as almas das pessoas para o mundo dos mortos (...).

(Adaptado de Clovis Antonio Brighenti. “Povos indígenas em Santa Catarina”. In Nötzold, Rosa e Bringmann (orgs.) *Etnohistória, história indígena e educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012.)

Texto de apoio 3 – Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da bacia do Tibagi

Para os Kaingang, assim como o homem possui uma natureza animal, os seres da natureza, os animais e vegetais também têm seus espíritos protetores. Podemos acrescentar ainda que, se alguns animais são também *yangré* [espírito animal] dos homens, eles são também, num certo sentido, “humanos”. É possível dizer, assim, que entre os Kaingang, assim como para os povos indígenas em geral, não há dicotomia entre o universo humano, natural e sobrenatural; muito pelo contrário, são universos que se interpenetram e se influenciam reciprocamente. (...) um caçador jamais vai caçar seu *yangré*, ou ingerir a sua carne porque este é seu “parente”.

Nessa concepção, a pessoa Kaingang adquire as qualidades do *yangré*, isso quer dizer que o *yangré* é constitutivo da pessoa, pois esta adquire suas qualidades.

(Adaptado de Kimiye Tommasino (org.). *Novas contribuições aos estudos disciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004.)

Texto de apoio 4 – Papéis cerimoniais

Os péin, KAMÉ e KAIRU, são os únicos com uma função exclusivamente ritual, havendo-os nas duas metades. Parece possível relacioná-los também ao

mito de origem, como função estabelecida nos primórdios, associando-os aos patos e saracuras que aparecem naquele mito como os animais que, depois do dilúvio, "carregavam terra em cestos, lançando-a à água que se retirava lentamente" (Borba 1908:20). Os péin são os encarregados de fazer as sepulturas e cuidar de todos os serviços fúnebres e do resguardo de luto.

Os péin KAMÉ e os péin KAIRU são encarregados de várias tarefas, como marcar com os ramos de árvores relacionados a cada metade as sepulturas sobre as quais os 'celebrantes do Kiki' rezarão. São igualmente responsáveis por tirar esses ramos, das sepulturas e atirá-los fora do cemitério no momento apropriado, marcando com esse ato o fim dessa parte do ritual. São eles também os que servem a bebida aos convidados e acompanham os rezadores como "serventes", bebendo parte da bebida que lhes era destinada. Esse procedimento, como me explicaram, tem a finalidade de impedir que os rezadores fiquem bêbados e impossibilitados de terminar as orações cerimoniais, o que não pode ocorrer de forma alguma, pois uma vez começada a cerimônia do Kiki ela deve ser conduzida até o término. (Adaptado do texto de Juracilda Veiga, antropóloga. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org>)

Texto de apoio 5 – Escola entre os Kaingang

A partir de meados do século XIX criaram-se Diretorias de Índios, nas Províncias, ocupadas em 'controlar' e tratar das questões com comunidades indígenas. A introdução de escolas em aldeias Kaingang começou, no entanto, a generalizar-se após a instalação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), mas ainda assim, bastante lentamente. No Rio Grande do Sul, por exemplo, em 1910 o SPI assume a responsabilidade de uma área indígena (Ligeiro), onde instala uma escola na década seguinte. Muitas comunidades Kaingang, no entanto, só vieram a conhecer as primeiras escolas na década de 40 ou 50, e algumas apenas depois disso.

Ao longo do século XX, especialmente nos períodos de expansão da atividade agrícola e madeireira (particularmente nos períodos pós-guerra), as áreas indígenas foram alvo de pressões, invasões, esbulhos oficiais e dilapidação (também oficial) do patrimônio florestal. Essa história de esbulho é acompanhada pela ocupação, também, de toda a cercania das terras indígenas por imigrantes e descendentes de imigrantes, pequenos proprietários e fazendeiros. A presença cada vez mais maciça de brancos nas proximidades de suas terras e - a partir das invasões e de arrendamentos promovidos pelo SPI - dentro das próprias áreas foi fator importante de compulsão contra a permanência de tradições e práticas culturais indígenas, incluída a língua, além

de casamentos interétnicos. (Adaptado do texto de Wilmar da Rocha D'Angelis, linguista. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org>)

Texto de apoio 6 – Aculturação e afirmação étnica

O chamado processo de aculturação continua em curso e, deve-se convir, cada vez mais intenso nesses tempos de globalização. Porém ao invés de levar à extinção das diferenças étnicas, parece que tem contribuído para reforçá-las. (Maria Regina Celestino de Almeida. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 19)

Documento 1 - Colonização de indígenas

É uma desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, nesta província, onde os índios selvagens aos milhares (a câmara municipal de Guarapuava avalia em mais de 10 mil os que percorrem os sertões do Paraná) habitam o território de certos municípios, onde no distrito dos Ambrózios, 12 léguas pouco mais ou menos desta cidade, os indígenas ameaçam a segurança da gente civilizada, não existe um aldeamento regular!

Não há ainda funcionários encarregados especialmente da catequese e civilização dos indígenas.

O aldeamento da freguesia de Palmas, vítimas de clamorosas injustiças, que o fizeram sair de Guarapuava, (...) achava se reduzido à miséria de não ter terrenos suficientes que cultive nem os recursos mais indispensáveis à existência. E, entretanto, os índios que o compõem, toda vez que os selvagens das matas vizinhas espelham o susto e terror por entre a gente civilizada, tomam a defesa dela, expondo a vida com generosidade tão mal retribuída!

Veri, cacique desta tribo, veio visitar-me, acompanhado de 13 de seus súditos, e pediu-me:

1º Machados, enxadas, foices, espingardas e alguma fazenda.

2º Dois bois para os trabalhos de construção de uma grande casa, em que todos morem juntos, e melhor se defendam de algum assalto dos índios bárbaros, seus mortais inimigos.

3º Ordem para ser-lhe entregue um filho, que se achava em casa de pessoa daquele município.

A esses pedidos atendi, e voltou o cacique, ao que parecia, satisfeito, ficando-me a prova inegável do abandono desses índios e seu estado de penúria. (...)

Sendo certo, senhores, que a cifra da população desta província é diminutíssima e que há uma quantidade inumerável de indígenas que vagueiam perdidos para o trabalho e a para a indústria pelas suas terras devolutas e em

grande parte ainda por explorar, compreenderéis facilmente a importância extrema de um expediente adequado a atraí-los à sociedade e à civilização. (...)

Dois fatos há na história dos nossos aborígenes superiores a toda contestação, e vem a ser: 1º que a força não reduz índios nem os conserva aldeados, senão que os acaba e aniquila; 2º que só o Evangelho os abrande e faz abraçar a vida social. (...) Só os meios brandos, só a religião, que em si os resume e sublima, há de, pois, efetuar verdadeiramente a civilização dos nossos indígenas.

(Adaptado de *Relatório do presidente da província do Paraná, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curitiba, Typ. Paranaense de Candido Martins Lopes, 1854)

Documento 2 – Conquista, catequese e civilização dos selvagens

A redução dos selvagens depende de três condições essenciais: conquista, catequese e civilização. A primeira é uma questão de polícia; a segunda o predicado da religião; e a terceira o resultado da indústria.

É pela primeira das questões, isto é, pela conquista, que devemos tomar a iniciativa, neste importante objeto. Não penseis, senhores, que a palavra *conquista*, na acepção que a tomo, envolva a ideia dessas bandeiras sanguinárias que, mais de uma vez, têm levado a devastação ao meio dos nossos sertões. Eu quero, certamente, a intervenção da força armada; mas quero-a empregada com inteligência, e mais como meio de defesa do que de ataque. (...)

É então, senhores, quando o selvagem tem simultaneamente reconhecido a superioridade dos nossos recursos e a boa fé dos nossos procedimentos, que deve ter lugar a intervenção do missionário (...). O trabalho remunerado daria nascimento à indústria. A abertura de estradas, que pusessem em comunicação seus alojamentos com as povoações civilizadas, serviço a que eles se prestariam mediante módica retribuição, daria o último garrote a seus hábitos selvagens.

Convém utilizar essas forças, que vivem dispersas pelos desertos, procurando adicioná-las à população civilizada, que cobre pequena parte do nosso território. Parece àqueles que lançam uma vista d'olhos superficial sobre a nossa estatística moral, que os povos da raça tupi, tão numerosos outrora, desapareceram da superfície do Brasil, sob a pressão dos vícios e da miséria; é esse, porém, um erro que não partilharão aqueles que considerarem a questão pelo lado da ciência. A presença da raça caucásica tende certamente a extinguir todas as mais raças, em que se divide a espécie humana; mas é pelo cruzamento que se deve operar esse fenômeno providencial, como já entre nós se pode observar, tanto a respeito dos primitivos habitantes do Brasil, como a

respeito da raça etiópica, de que futuramente não haverá um só traço na nossa população. (...)

[O Aldeamento de Palmas] compõe-se de 160 índios, sob o comando do cacique Virí. Estes índios ocupam-se da criação de vacas, cavalos, porcos, aves, tudo em pequena quantidade, e plantam feijão e milho para seu sustento. Sua indústria fabril consiste em cestas, balaios e alguns tecidos. O seu passatempo ordinário é o jogo de cartas, resultado da ociosidade a que os condena a falta de trabalho.

Todos esses índios tem se havido com muita lealdade para conosco. Em meado do ano passado, marchou Virí à testa de seus guerreiros para vingar a afronta que recebeu um nosso fazendeiro de Palmas, da parte de uma horda selvagem que lhe assaltara a casa. (...) Este cacique, sabendo que seu companheiro Condá, chefe dos aldeamentos de Nonohai, tinha o soldo de capitão, requereu igual vencimento, declarando que se não fosse atendido teria de se retirar de Palmas. Receando que ele realizasse esse projeto, o que seria uma verdadeira calamidade para todo aquele distrito, de que é a única defesa, mandei lhe dar quinze mil réis mensais. O diretor geral propõe que se lhe dê um fardamento, assim como ao seu tenente, o que tenciono efetuar, para que ele receba mais uma demonstração de apreço.

(Adaptado de Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná no dia 1.º de março de 1856 pelo vice-presidente em exercício, Henrique de Beaurepaire Rohan. Curitiba, Typ. Paranaense de C. Martins Lopes, 1856)